

MATÉRIA ESPECIAL - PÁG 03

PEC 66/2023: Uma Ameaça a Aposntadoria dos Servidores Municipais

Debate entre Servidores e Candidatos a Prefeito Agita Santa Rosa

O Sindicato dos Servidores Municipais de Santa Rosa (Simusar) promoverá um debate decisivo entre os três candidatos a prefeito da cidade, no próximo dia 26 de setembro. O encontro ocorrerá no CTG Sepé Tiaraju, a partir das 19h, reunindo servidores municipais associados e seus acompanhantes.

O evento tem como objetivo proporcionar um espaço para que os candidatos apresentem suas propostas e debatam questões de interesse da categoria, incluindo temas como valorização salarial, condições de trabalho, e políticas públicas voltadas

ao funcionalismo. A iniciativa do Simusar busca estimular o diálogo entre servidores e os futuros governantes, oferecendo uma oportunidade única para que a categoria conheça de perto as posições dos candidatos.

Os servidores esperam que o debate traga à tona temas relevantes e contribua para a definição de seus votos nas próximas eleições. Será uma noite importante para o futuro da administração pública em Santa Rosa.



**ELEIÇÕES
2024**

Debate entre os candidatos a

PREFEITO DE SANTA ROSA



Anderson Mantei



Dr. Benedetti



Orlando Desconsi

26 de setembro - CTG Sepé Tiaraju - 19h

**Participe Servidor!
Será o momento de ouvirmos
as propostas para nossa
CATEGORIA**



INOVATEC SOLAR
ENERGIA & SUSTENTABILIDADE

(55) 9.9149-3408

(55) 2120-5888

**R. Santa Rosa, 387
Centro - Santa Rosa**

Centrais Sindicais e MPT lançam campanha contra assédio eleitoral

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, e outras, junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), lançaram uma campanha contra o assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024. Intitulada "O voto é seu e tem sua identidade", a ação visa proteger trabalhadores de coação e ameaças no ambiente de trabalho, garantindo liberdade de escolha. Denúncias podem ser feitas por aplicativo e site, com suporte jurídico e cartilhas explicativas. O MPT alerta que o assédio eleitoral, considerado crime, já apresenta um aumento significativo de casos comparado a 2022.

O assédio pode ser praticado:

- Pelo empregador, representantes ou prepostos das empresas, bem como dirigentes de órgãos públicos.
- Entre colegas de trabalho
- Pelos trabalhadores e trabalhadoras em relação a seus superiores.
- Por terceiros, como tomadores de serviço e clientes.

Alguns exemplos de assédio eleitoral:

- Prometer benefício ou ameaçar de prejuízo no contrato de trabalho em razão do resultado das eleições.
- Proferir comentários depreciativos ou realizar atos que causem humilhação ou discriminação de trabalhadores que apoiam candidatos ou candidatas diferentes do defendido(a) pelo assediador ou assediadora.
- Entregar material de propaganda eleitoral aos trabalhadores e trabalhadoras ou expor propaganda eleitoral nos locais de trabalho, ou descanso.
- Impor/obrigar o uso de uniforme, vestimentas, bonés, botons alusivos à determinada campanha eleitoral ou candidato(a);
- Ameaçar trabalhadores e trabalhadoras de serem dispensados caso determinada ou determinado candidato ganhe, ou perca as eleições.
- Ameaçar o fechamento da empresa em função dos resultados das eleições.
- Ameaçar cortes de pessoal ou mudança na forma de trabalho.
- Prometer a concessão de qualquer benefício ou vantagem vinculada ao voto, à orientação política e à manifestação eleitoral.

Jornal
O Servidor

Distribuição gratuita

Endereço: R. Boa Vista – Santa Rosa - RS
 CNPJ: 12.166.743/0001-15
 Direção: Tais Stum
 Jornalista Responsável: Ronaldo Pinheiro MTE: 18972/RS
 Arte e Diagramação: JF
 Circulação: Região Santa Rosa

jornal 100% digital

Reflexão

Democracia e Obscurantismo



Flávio Girardon
Prof. de História:

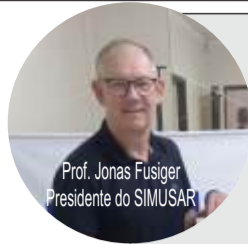
Estamos em um momento de Eleições no Brasil aonde os brasileiros (as) irão escolher os Prefeitos (as), Vereadores (as) de mais de 5.500 municípios de nosso País para os próximos 4 anos. Uma enorme responsabilidade que exige muita atenção, análise minuciosa, perspicácia, objetividade, mas será que funciona dessa maneira? É bem provável que ...não, afinal poucos brasileiros (as) conseguem exercer o pensamento crítico distinguindo políticos sérios e responsáveis com a sua cidade daqueles (as) que defendem interesses vazios, voltados única e exclusivamente para uma política de vícios sem nenhum escrúpulos. Quando falamos em democracia, geralmente pensamos no voto como se fosse a grande variação do significado dessa palavra. Infelizmente a grande mídia e seus asseclas conseguiram fazer com que a população pense dessa forma e assim ignorar o real sentido do que realmente representa o sentido da democracia.

A sociedade brasileira é relativamente jovem quando comparada com outras nações que possuem uma história mais longa, por isso, construir uma democracia emana tempo, educação, preparo e um enorme enfrentamento com as elites que procuram “moldurar” a democracia nacional conforme suas exigências. A verdade é que no caso do Brasil não vivemos uma democracia plena na sua essência, ao contrário ainda estamos longe de algo nesse sentido. O obscurantismo assume um papel por excelência em nosso meio. Mas de que forma isso ocorre? A partir do momento que veículos de mídia, desinformação nas redes sociais, o uso indiscriminado de elementos religiosos, influência sem limites do poder econômico influenciam no pensamento político dos brasileiros (as). É bem importante dizer que vivemos um obscurantis-

mo gigantesco que separa o nosso país da verdadeira democracia, não podemos afirmar que vivemos em um ambiente democrático se... o poder do dinheiro decide eleições, manipula as pessoas, promove ameaças e todo tipo de bárbaries em nossa sociedade induzindo as escolhas e arrebatando com os ideias democráticos pintando um falso ambiente democrático.

A verdadeira democracia livre do obscurantismo pressupõe um país livre de violência, respeito a natureza, valorização do ser humano, livre de preconceitos, promoção do diálogo, educação e saúde públicas de qualidade, construção de políticas voltadas para o coletivo, conhecimento da nossa história como nação. Portanto a transformação inicia nas cidades que nesse ano estarão realizando suas escolhas que devem ser encaradas com seriedade. Aqueles (as) que governam tomam decisões que vão impactar na vida de milhares de indivíduos e muitas vezes até gerações futuras, não é brincadeira, embora muitas pessoas não deem a democracia o seu verdadeiro valor.

Eu sinceramente digo que precisamos evoluir muito para que de fato consigamos livrar-se do obscurantismo e dizer abertamente que vivenciamos os anseios democráticos, de momento estamos longe desse ideal porque a nossa sociedade nasceu autoritária e segue conservadora fortalecendo a ignorância e o retrocesso nesses tempos atuais. Os brasileiros (as) de mente aberta e voltados para as ideias inovadoras do campo democrático devem permanecer acessos em seus pensamentos para que não se perca a chama da esperança. Mesmo sendo minoria as mentes progressistas fazem a diferença na sociedade porque foi a partir desses homens e mulheres que lutaram no passado que muitas leis, conquistas foram tornadas realidades. Esses sujeitos ajudaram a dar sentido a palavra democracia. Mas não podemos esquecer que existem também os “energúmenos” que vivem por aí em nosso meio combatendo a democracia e fortalecendo o obscurantismo. Estão por toda a parte, orgulham-se da sua falta de lucidez e não conseguem perceber o buraco que estão cavando. Sigamos em frente enaltecendo a democracia e lutando contra o obscurantismo porque um outro ambiente é possível.



Prof. Jonas Fusiger
Presidente do SIMUSAR

A Importância da Eleição Sindical e a Participação dos Associados

Com a proximidade das eleições municipais, o papel do eleitor torna-se crucial para o futuro das cidades. Eleger representantes que de fato defendam os interesses da população, especialmente no que tange aos serviços públicos e ao papel do servidor, é uma tarefa que exige atenção e reflexão por parte do eleitorado.

Em primeiro lugar, o voto consciente pressupõe que o eleitor conheça profundamente as propostas dos candidatos a prefeito e a vereador. No caso dos prefeitos, é fundamental avaliar quais são as suas diretrizes e compromissos em relação ao serviço público. Eles defendem a valorização do servidor, peça-chave para o bom funcionamento da máquina pública? O serviço público é visto como um direito da população ou apenas como um peso no orçamento? Essas perguntas devem ser levadas em consideração ao escolher quem vai liderar a cidade pelos próximos quatro anos. Os candidatos que compreendem a relevância do servidor público e do serviço público para a população tendem a propor políticas que favoreçam a eficiência, a transparência e a valorização dos profissionais. Um prefeito que enxerga o servidor como um parceiro no desenvolvimento da cidade investe em capacitação, boas condições de trabalho e remuneração justa, promovendo um ciclo virtuoso em que a população é a maior beneficiada. Por outro lado, ao analisar os candidatos a vereador, a responsabilidade também é grande. Além de legislar, os vereadores têm a função de fiscalizar as ações do prefeito e zelar pelo bom uso dos recursos públicos. Para aqueles que estão em busca de reeleição, a análise deve ser ainda mais criteriosa: como foi o desempenho desses parlamentares nos últimos anos? Eles atuaram em defesa dos serviços públicos, como saúde, educação e segurança? Votaram a favor de projetos que valorizam os servidores ou se aliaram a medidas que os prejudicam?

Os candidatos que nunca exerceram cargo público também merecem atenção. Suas propostas são concretas ou baseadas em promessas vazias? Estão comprometidos com a melhoria dos serviços públicos ou adotam um discurso populista que desvaloriza o trabalho dos servidores? É essencial que o eleitor veja além das aparências e das campanhas publicitárias, buscando informações que reflitam o real compromisso dos candidatos com a cidade.

Um ponto de destaque é a forma como os candidatos, tanto a prefeito quanto a vereador, lidam com o diálogo entre o poder público e os servidores. Políticos que buscam uma gestão participativa e transparente com os servidores tendem a promover administrações mais justas e eficientes. Por isso, ao escolher seus representantes, o eleitor deve questionar: este candidato vai garantir que o servidor público seja valorizado e que os serviços públicos, como saúde e educação, cheguem a quem mais precisa?

Por fim, o voto consciente é mais do que um direito; é uma responsabilidade com o presente e o futuro. Portanto, no dia das eleições, faça do seu voto um ato de responsabilidade e cidadania. Escolha candidatos que estejam comprometidos com o desenvolvimento da cidade e com a valorização do serviço público.

Clínica Amarillis

- Fisioterapia Traumatológica-ortopédica
- Fisioterapia Domiciliar
- Pilates
- Massagem terapêutica
- Atendimento psicológico

Contato:
 (55) 9 99142147 – Fernanda (fisioterapeuta)
 (55) 9 97321478 – Clever (psicólogo)

Rua João Dahne, 179, Edifício Kempf, sala 202, centro

Nidia De Conti
 PSICÓLOGA
 CRP: 07/12173

ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL

Clínica de Adolescentes e Adultos

CONTATO
 (55) 9 9915-6851

Ed. Imecom
 2º Andar - Sala 201
 R. Fernando Ferrari, 310
 Santa Rosa

BETO
Cabeleireiro
 Cortes masculinos
 Av. Expedicionário Weber, 3663
 Cruzeiro - Santa Rosa
9.8443-0600

Reforma da Previdência Municipal: Desafios e Disparidades Regionais Exigem Soluções Personalizadas

PEC 66/2023 propõe uniformização das regras previdenciárias, mas realidades distintas nas regiões brasileiras destacam a necessidade de adequações locais

PEC 66/2023

A Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2023 (PEC 66/2023) emergiu com o propósito de equilibrar as finanças municipais e assegurar a continuidade dos serviços públicos. Entre as mudanças propostas, a unificação das regras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) municipais com as federais tem gerado debates acalorados. Especialistas e representantes sindicais destacam as desigualdades regionais e a falta de preparo das administrações locais para lidar com a nova realidade.

Disparidades Regionais: Um Obstáculo à Uniformidade

O Brasil é um país de dimensões continentais, e essa diversidade se reflete nas diferentes condições de trabalho e de vida encontradas em cada região. A PEC 66/2023 busca uniformizar as regras dos RPPS municipais com as federais, exceto se o município decidir implementar normas mais rígidas. Contudo, a realidade mostra que um sistema unificado pode não ser a solução ideal para todas as localidades.

Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, onde há menor expectativa de vida e condições de trabalho mais precárias, a fixação de uma idade mínima elevada para a aposentadoria pode se tornar um fardo excessivo para os servidores. Já nas regiões Sul e Sudeste, onde as condições socioeconômicas são relativamente melhores, a implementação de uma idade mínima elevada pode ser mais viável, mas ainda assim, não sem desafios.

Idade Mínima para Aposentadoria: Um Peso Extra para os Servidores

A reforma da previdência de 2019 já havia estabelecido uma idade mínima para aposentadoria dos servidores públicos – 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. A PEC 66/2023 mantém essas idades mínimas, mas a falta de adequações no ambiente de trabalho para servidores mais velhos é uma preocupação crescente. Muitos municípios

ainda não se adaptaram para atender às necessidades desses trabalhadores, seja com a oferta de condições físicas adequadas ou de funções que sejam compatíveis com a idade avançada.

Ademais, a retirada dos direitos à paridade e à integralidade para os servidores que ingressaram após 2003 traz um novo desafio: a desvalorização do tempo de serviço e a redução dos benefícios. Esses servidores terão suas aposentadorias calculadas com base na média dos salários de contribuição, e não mais com base no último salário, o que poderá resultar em uma queda significativa no valor dos benefícios.



Má Gestão e Adoecimento dos Servidores: Consequências da Nova Reforma

Outro ponto crítico levantado pelos especialistas é o impacto que a má gestão dos RPPS nos municípios tem tido sobre a saúde dos servidores. Em muitas localidades, a falta de recursos e a administração ineficaz têm levado ao aumento do déficit previdenciário, que por sua vez gera insegurança quanto ao futuro das aposentadorias.

Os servidores, por sua vez, enfrentam a pressão crescente para continuar trabalhando até idades mais avançadas, em ambientes muitas vezes inadequados. Esse cenário contribui para o adoecimento da classe, resultando em afastamentos por problemas de saúde física e mental.

Presidente do SIMUSAR Critica Mudanças na Previdência Municipal

Em fala recente, o presidente do Simusar, Prof. Jonas Fusiger, criticou as novas medidas, destacando que "a imposição de uma idade mínima elevada para aposentadoria, somada à retirada dos direitos de paridade e integralidade, não resolverá o problema fiscal dos RPPS. Pelo contrário, só aumentará o déficit, que é, em grande parte, resultado da má gestão nos municípios."

O Professor argumentou que, ao invés de penalizar os servidores, o foco deveria ser na melhoria da gestão dos recursos e na criação de políticas que realmente atendam às necessidades locais. "O Brasil é diverso, e a previdência precisa refletir essa diversidade. Não podemos impor uma regra única para realidades tão distintas," concluiu.



Atenção às Decisões Políticas

Diante dessas propostas, é crucial que os servidores públicos estejam atentos às posições dos partidos políticos e dos prefeitos que apoiam a unificação das regras dos RPPS municipais às federais, principalmente os que buscam a reeleição. Essa unificação, embora pareça uma solução simplificada, pode trazer impactos severos às diferentes realidades regionais, especialmente se os municípios optarem por implementar regras mais rígidas para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial.

A escolha dos representantes que entenderão e defenderão os interesses dos servidores é fundamental para garantir que as especificidades locais sejam respeitadas e que as reformas não agravem ainda mais as condições de trabalho e de vida desses profissionais. Por isso, o acompanhamento das decisões políticas e o engajamento nas discussões sobre a previdência devem ser uma prioridade para todos os envolvidos.

A importância da valorização do salário mínimo: impacto econômico e social



A proposta de orçamento de 2025 enviada ao Congresso, que prevê o salário mínimo de R\$ 1.509, ressalta a relevância de manter uma política de valorização do piso salarial. Nos últimos anos, o salário mínimo tem sido ajustado com base na inflação e no crescimento do PIB, uma estratégia essencial para preservar o poder de compra dos trabalhadores.

Desde a década de 2000, o Brasil adota uma política de reajuste que busca equilibrar a economia com a realidade inflacionária. O impacto desse aumento reflete diretamente no consumo interno, beneficiando principalmente os trabalhadores de baixa renda, que destinam grande parte de seus recursos ao consumo de bens essenciais. Em 2024, o

valor passou de R\$ 1.320 para R\$ 1.509, um aumento significativo, ainda que debatido quanto à sua efetividade frente ao custo de vida crescente.

A valorização do salário mínimo é também crucial para a diminuição das desigualdades sociais. O aumento da renda dos trabalhadores de base ajuda a movimentar setores como o comércio e os serviços, que dependem da demanda interna. Além disso, o reajuste afeta diretamente benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias e pensões, que são indexados ao salário mínimo.

No entanto, economistas apontam que é necessário um equilíbrio entre a política de valorização e a capacidade fiscal do governo. O impacto no orçamento público pode ser significativo, pois o aumento eleva os custos da previdência social e outras políticas atreladas ao mínimo. Apesar disso, os defensores da medida argumentam que o fortalecimento da renda básica é um motor essencial para o crescimento econômico sustentável.

Assim, a valorização contínua do salário mínimo não só beneficia os trabalhadores de baixa renda, mas também contribui para o desenvolvimento do país ao impulsionar o consumo interno, diminuir a desigualdade e promover uma maior justiça social.



PARCEIRO SIMUSAR

(55) 99159.7020

@agafarmacruzeiro

Av. Flores da Cunha, 1091 e 1264
Cruzeiro - Santa Rosa/RS

Av. Expedicionário Weber, 3771
Cruzeiro - Santa Rosa/RS

Av. Expedicionário Weber, 1707
B. Central - Santa Rosa/RS

Desconto Especial para
Servidores associados ao
Simusar

Venha já fazer o
seu cadastro!

Clínica De Psicologia



Ana J. de M. Fonseca

Psicóloga CRP 07/30451

(55) 9 9994-0950

joelma.psi31@gmail.com

@psi.anna_fonseca31

Av. Rio Branco, 894 - 2º andar - sala 03 - Centro - Santa Rosa/RS

Comissão do Senado aprova PL que amplia transparência na educação básica e superior



Na última terça-feira (3), a Comissão de Educação do Senado aprovou o Projeto de Lei 2.725/2022, que busca assegurar maior transparência e controle social sobre os recursos e a gestão da educação no Brasil. A proposta, originária da Câmara dos Deputados, estabelece que informações sobre a prestação de contas de recursos públicos e a gestão educacional devem ser amplamente divulgadas, facilitando o acesso da população a dados relevantes. O projeto modifica a Lei 10.973/2004, que trata de incentivos à inovação, e a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, inserindo o acesso a informações públicas como princípio fundamental na educação.

Se aprovado em plenário, o PL vai obrigar a divulgação em meio eletrônico de informações como o número de vagas nas instituições de ensino, bolsas de estudo e pesquisa, rendimento escolar, projetos de inovação, e dados sobre os gestores e conselhos de educação. A execução física e financeira de programas educacionais também deverá ser detalhada.

Para o senador Alessandro Vieira (MDB-

SE), relator do projeto, a clareza na divulgação de dados sobre verbas e resultados educacionais permitirá que a sociedade acompanhe de forma mais próxima a qualidade da educação pública. "A transparência é essencial para o acompanhamento da efetivação do direito à educação de qualidade", afirmou.

A medida também foi elogiada por representantes da educação. Guelda Andrade, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), destacou que o PL é um passo importante para fortalecer a democracia nas escolas, mas reforçou a necessidade de resgatar a gestão democrática nos estados e municípios.

O presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Santa Rosa (Simusar), Prof. Jonas Fusiger, também comentou a importância da proposta. "Este projeto de lei é fundamental para garantir que os recursos destinados à educação sejam usados de forma eficiente e que a comunidade escolar possa acompanhar de perto como estão sendo aplicados. A transparência é uma aliada da qualidade educacional e da participação cidadã no processo", ressaltou Fusiger.

A proposta, que agora segue para votação no plenário do Senado, é vista como uma oportunidade de fortalecer o diálogo entre gestores, educadores e a sociedade, permitindo um acompanhamento mais próximo das políticas educacionais e seus resultados.

A Pedido

INFORMATIVO **PROF. JONAS**
 99685-8357

PREVIROSA



Prof Jonas
 Representante dos Servidores
 no Conselho Deliberativo do PREVIROSA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66 tem gerado grande preocupação entre os servidores públicos. Apresentada como uma solução para o suposto déficit previdenciário, a PEC propõe mudanças profundas nas regras de aposentadoria, mas o impacto vai muito além das finanças: coloca em risco a saúde física e mental dos trabalhadores, além de comprometer suas perspectivas de aposentadoria digna.

Entre as alterações mais alarmantes está o aumento na idade mínima para a aposentadoria, o que significaria que servidores precisariam trabalhar mais tempo em funções muitas vezes extenuantes, sem a garantia de que suas condições físicas e emocionais suportariam essa carga. Além disso, a PEC endurece os critérios para o recebimento de pensões e outros benefícios, afetando diretamente a segurança social de milhares de famílias.

Estudos já apontam que profissões que exigem intenso comprometimento físico ou emocional, como as de professores, policiais e profissionais da saúde, podem sofrer efeitos devastadores. O prolongamento do tempo de serviço pode agravar quadros de estresse, síndrome de burnout e doenças relacionadas ao desgaste físico. “Essa proposta é uma ameaça à nossa qualidade de vida. Trabalhar mais tempo sem uma estrutura adequada de cuidado e suporte é algo inaceitável”, declara um servidor que preferiu não se identificar.

A PEC 66 também apresenta desafios para os futuros servidores. A medida desestimula novos talentos a ingressarem no serviço público, o que pode comprometer a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. E a saúde financeira dos RPPS. “Estamos diante de um cenário de destruição do serviço público. O que está em jogo não é apenas a aposentadoria, mas a saúde e a dignidade dos trabalhadores que sustentam o país com seu esforço diário”, afirmou o conselheiro Prof. Jonas – conselheiro do Conselho Deliberativo do Previrosa.

Essa emenda é vista como parte de um processo mais amplo de precarização do trabalho no setor público, onde a busca por um pseudo equilíbrio fiscal se sobrepõe aos direitos fundamentais dos trabalhadores.



Sônia Conti
 A arte da escuta
 PSICÓLOGA CRP 07/2817

PARCEIRO SIMUSAR

(55) 99649-5245
 ica-sonia@hotmail.com soniaconti64
 Convênio: SIMUSAR

Hospital do Sorriso

PARCEIRO SIMUSAR

3512-8475
 9.8454-3638

Av. Expedicionário Weber, 479
 Santa Rosa

ACADEMIA Dragões
 Jiu Jitsu
 Ginástica
 Taekwondo
 Circuito Funcional
 Musculação
 Karatê
 Kickboxing

Convênio com SIMUSAR

PARCEIRO SIMUSAR

Fone: 3511-2602
 R. João Macluf, 333 - Centro

CentralFarma

PARCEIRO SIMUSAR

Av Rio Branco, 295 - Centro
 (55) 3520-3030

Greice Dal Ri Traesel
 Psicóloga Clínica
 CRP 07-342229

PARCEIRO SIMUSAR

Especialização em Saúde Mental
 Especialização em Psicologia Junguiana
 Especialização em Dependência Química

Clinica Traesel Especializada
 Rua Fernando Ferrari, 222 - Centro - Santa Rosa
 Cel: (55) 99205-0215 / (55) 3512-5344

EDUCAÇÃO

Inovação: Escola em Sta Rosa oferece cursos de Robótica

Para crianças de 7 a 10 anos desenvolverem habilidades como raciocínio lógico, trabalho em equipe, resolução de problemas e muito mais.

* Turmas iniciando em setembro
 * Vagas limitadas!
 * Agende uma visita e saiba mais!

Hey Peppers!

Turma do 9º ano de Escola em Santa Rosa Produz Texto Coletivo sobre Mudanças Climáticas e o Impacto na Água Potável

A importância da escrita como ferramenta de formação cidadã foi colocada em prática pelos alunos do 9ºA da Escola Estadual de Educação Básica Cruzeiro, em Santa Rosa, ao produzirem um texto coletivo sobre as mudanças climáticas e seu impacto no acesso à água potável. Orientados pela professora Camila Benso da Silva, de Geografia, os estudantes refletiram sobre a urgência de cuidar do meio ambiente e preservar os recursos hídricos, essenciais para a vida no planeta.

O projeto nasceu do estudo sobre os recursos naturais e suas implicações para a sobrevivência humana e de outras espécies. A ética do cuidado foi central nesse processo, ressaltando a importância de cada indivíduo no combate à poluição e à destruição dos ecossistemas.

No texto intitulado *‘‘Vozes do Clima: precisamos proteger nossas águas’’*, os alunos destacam que, apesar da água ser fundamental para nossa existência e economia, muitas vezes as ações humanas têm contribuído para a sua degradação. ‘‘Dependemos tanto deste recurso, mas às vezes nós mesmos afetamos poluindo com nossos lixos e resíduos decorrentes do nosso modelo de consumo e descarte inadequado’’, afirmam os estudantes no texto.

A preocupação com desastres ambientais, como enchentes e a escassez hídrica, foi amplamente discutida pelos jovens, que apontaram a responsabilidade de cada cidadão e a necessidade de políticas públicas que protejam e mantenham os recursos hídricos. A conscientização sobre o uso correto da água, a reutilização desse bem essencial e a proteção das florestas são soluções defendidas pelos alunos para evitar um futuro de crise.

Em um tom otimista, os estudantes enceraram o texto com um convite para que todos assumam a responsabilidade de proteger a água. ‘‘Ela é tech, pop, é tudo!’’, dizem, em uma referência à importância vital desse recurso para o equilíbrio da vida na

Terra.

A iniciativa destaca o poder da escrita na formação de uma consciência crítica e cidadã, preparando os jovens para atuarem de maneira responsável e proativa frente aos desafios ambientais do futuro.



A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA NA FORMAÇÃO CIDADÃ

Prof. Camila Benso da Silva – Geografia

Estudar sobre os recursos naturais faz parte da educação básica e desenvolve importantes habilidades humanas de reconhecimento de tudo que nos cerca, mas também da necessidade do bem viver em sociedade a partir do cuidado. A ética do cuidado torna-se intrínseca ao cotidiano e promove um olhar diferenciado dos estudantes sobre a própria vida, sobre a continuidade da espécie a longo prazo. A competência de escrever sobre isso é fundamental para produção e síntese do conhecimento construído na escola. Nesse sentido, a turma do 9ºA do tempo integral da Escola Estadual de Educação Básica Cruzeiro - Santa Rosa/RS produziu um texto coletivo após estudar mudanças climáticas e o impacto no acesso à água potável no planeta! É um convite a reflexão:

VOZES DO CLIMA: precisamos proteger nossas águas.

A água é um bem essencial para a nossa existência na Terra, já que nosso corpo é formado por 70% dela, além de ser fundamental para plantas e animais. Dependemos dela para nosso dia a dia em tarefas como fazer comida, higiene pessoal, limpeza de espaços, para se hidratar, mas também para produção econômica das indústrias, agricultura e abastecimento urbano.

Dependemos tanto deste recurso, mas às vezes nós mesmos afetamos poluindo com nossos lixos e resíduos decorrentes do nosso modelo de consumo e descarte inadequado. Como resultado disso temos vários desastres ambientais, tais como enchentes que provocam doenças, perdas do solo, perdas econômicas, de lares, e o mais importante: vidas.

Muitas pessoas reclamam do meio ambiente, mas elas mesmas são responsáveis pela destruição da natureza. Nesse sentido, uma participação de todos na elaboração de políticas públicas por proteção e manutenção de nossos recursos hídricos é muito importante para evitar escassez hídrica.

Podemos buscar melhorar essa situação atual a partir de projetos educativos para conscientizar as pessoas do uso correto da água, reutilizando a água e elaborando sistemas industriais que reaproveitam esse recurso e diminuem assim a exploração irresponsável, bem como a poluição do meio natural. A proteção das nossas florestas também é importante e fundamental para vida dos rios e mananciais. Protejam a água: ela é tech, pop, é tudo!

9ºA Escola Estadual de Educação Básica Cruzeiro, Santa Rosa/RS.

Autores:

Bruna M. Brun
 Camilly E. Rosso da Silva
 Édlin E. da Silva
 Eduardo M. Rosa de Vargas
 Endrius H. Pinheiro Nogueira
 Francisco K. dos Santos
 Gabriel J. Maciel Cardoso
 Henrique de S. Rodrigues
 João Pedro C. Ginder
 Kauã de Melo Fernandes
 Lucas Rossini Tibulo
 Natalia R. da Conceição de Oliveira
 Sabrina F. Santos da Silva
 Taís F. Santos da Silva
 Yasmin Machado da Silva
 Aderson Ferraz de Azevedo.



Simusar: Defesa dos Direitos e Qualidade de Vida para os Servidores Municipais de Santa Rosa



O Sindicato dos Servidores Municipais de Santa Rosa (Simusar) desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos dos servidores públicos, garantindo que suas condições de trabalho e benefícios sejam preservados e ampliados. Por meio de uma atuação firme e comprometida, o sindicato não só fortalece a categoria, mas também contribui para a melhoria contínua dos serviços públicos prestados à população, já que a valorização dos servidores reflete diretamente na qualidade do atendimento.

Entre os diversos serviços oferecidos pelo Simusar, destaca-se o suporte jurídico, que conta com o trabalho especializado de duas bancas de

advogados: o Dr. Sérgio e o Dr. Sávio. Esses profissionais estão à disposição dos servidores para orientar e defender seus direitos, seja em questões trabalhistas, previdenciárias ou outras demandas jurídicas que possam surgir no cotidiano funcional.

Além da assistência jurídica, o sindicato oferece cuidados com a saúde bucal dos seus associados. O Dr. Gérson é responsável pelos serviços odontológicos básicos, proporcionando atendimento regular para manutenção da saúde dentária. Já o serviço de ortodontia é conduzido pela Dr^a Andressa, oferecendo tratamentos especializados, como correção de alinhamento dentário, com o foco na qualidade de vida dos

servidores.

Outro diferencial do Simusar é a infraestrutura disponibilizada para o lazer e o convívio social dos associados. O amplo salão de festas e a área de lazer são espaços destinados à confraternização, permitindo que os servidores e suas famílias desfrutem de momentos de lazer e descontração em um ambiente acolhedor e bem estruturado.

Dessa forma, o Sindicato dos Servidores Municipais de Santa Rosa reafirma seu compromisso com a valorização dos servidores, garantindo serviços de qualidade que promovem o bem-estar e o fortalecimento da categoria.

CLÍNICA ORGANO TERAPIAS

Liane Lazzaretti
Massoterapeuta / Esteticista

Valdecir Severo
Iridologista / Naturalista

Fabiéli Rodrigues Terán
Psicóloga Clínica - CRP. 07/30444
Psicoterapia de crianças, adolescentes e jovens

Patricia W. de Abreu Mattioni
Psicóloga Clínica - CRP. 07/18618
Psicoterapia de adolescentes e adultos





Rua Guaporé 945, 3º andar/301
Edifício Cordis



PLANO safra
24/25

Taxas a partir de 2% ao ano.
Fale com a gente e tenha o melhor parceiro para os seus planos.

Aqui você tem atendimento diferenciado para obter os recursos que precisa para investir na sua propriedade. Uma instituição financeira cooperativa que conhece e reconhece o trabalho no campo.

Sicob, mais que uma opção financeira, um parceiro de gerações no agro.



SOS REPAROS

Paulo Roberto Cunha
Responsável Técnico

Elétrica - Hidráulica
Pintura Prediais - Reparos

(55) 9 9984-3578

A Importância do Auditor Fiscal no Serviço Público

O papel do auditor fiscal: essencial para o desenvolvimento municipal

Os auditores fiscais exercem uma função essencial no âmbito das administrações públicas municipais. No município de Santa Rosa, o cargo está regulamentado pela Lei Complementar nº 40/2008, que estrutura os cargos e carreiras dos servidores locais, incluindo os auditores fiscais. Esses profissionais são responsáveis pela fiscalização das atividades econômicas, com o objetivo de garantir a correta arrecadação de tributos municipais, como o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), entre outros. A atuação desse profissional não se limita a verificar o cumprimento das obrigações tributárias, mas também envolve a análise de irregularidades fiscais e o combate à sonegação, o que favorece a justiça fiscal e contribui diretamente para o crescimento econômico da cidade.

A atribuição dos auditores fiscais inclui a realização de inspeções in loco, o exame de

documentos e a aplicação de sanções em casos de descumprimento da legislação tributária. De acordo com a Lei Complementar nº 40/2008, eles têm direito a uma gratificação por produtividade tributária, o que reforça o incentivo ao desempenho eficiente e ético de suas atividades.

Essa função é fundamental para o desenvolvimento da cidade, já que a correta fiscalização e arrecadação de tributos proporciona os recursos necessários para investimentos em infraestrutura, saúde, educação e segurança pública. Além disso, o trabalho dos auditores fiscais contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na qual todos cumprem suas obrigações fiscais de forma equitativa, garantindo assim a sustentabilidade das finanças municipais.

A importância do auditor fiscal vai além da simples arrecadação: ele assegura que os recursos do município sejam aplicados corretamente em prol de

toda a comunidade, promovendo melhorias nos serviços públicos e impactando positivamente o cotidiano dos cidadãos.

Os auditores fiscais não apenas asseguram o cumprimento das obrigações tributárias, mas também promovem um ambiente de confiança entre contribuintes e administração pública. A fiscalização eficiente e o combate à sonegação garantem que empresas e cidadãos que pagam seus tributos regularmente não sejam prejudicados por práticas ilegais. Dessa forma, a função do auditor fiscal fortalece a justiça fiscal, incentivando a concorrência leal entre empresas e promovendo um ambiente de negócios mais saudável.

Além disso, o auditor fiscal desempenha um papel consultivo e educativo, orientando contribuintes sobre suas obrigações e esclarecendo dúvidas, o que contribui para a conscientização fiscal e a redução de erros e irregularidades. Essa proximidade entre o auditor e o contribuinte é fundamental para a construção de um relacionamento baseado na confiança mútua, o que facilita o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

A importância do auditor fiscal também está ligada ao planejamento financeiro do município. Com a arrecadação em dia e sem grandes evasões fiscais, o governo municipal pode realizar uma gestão mais eficiente dos recursos, garantindo que projetos e políticas públicas sejam implementados com previsibilidade e continuidade.

SIMUSAR
SINDICATO DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE SANTA ROSA

Novas lutas VIRÃO. Novas
CONQUISTAS nos aguardam!

Faça parte dessa luta!
SINDICALIZE-SE!

Gestão 2021/2024

Convênio **FEMA**
e **Sindicato**

Benefício para colaboradores, cônjuges e dependentes.



- Até 20% de desconto para alunos da Educação Infantil ao Nível Técnico.
- 15% de desconto para alunos do Ensino Superior e Pós-Graduação.
- 5% de desconto no débito em conta.

Estude com a gente!

(55) 3511-9100
(55) 9.9182-6272
www.fema.com.br

Fema

Feminha

Escola

Curso Técnico

Graduação

Pós-Graduação